

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Palha de São Paulo*

Class.: 23

Data: *24 de Novembro de 1986*

Pg.: _____

190

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



Orlando

Calha Norte

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA

Os trabalhos da Assembléia Constituinte eleita no dia 15 de novembro já começarão amputados: questões fundamentais para o país estão sendo subtraídas à sua discussão enquanto decisões tomadas no apagar das luzes tentam criar fatos consumados.

O projeto Calha Norte é um exemplo: um grupo de trabalho interministerial, formado por sugestão do Conselho de Segurança Nacional em junho de 1985, elaborou um plano de ação para a região ao norte das calhas do rio Solimões e Amazonas, dando prioridade à faixa de fronteira de cerca de 6.500 Km que vai do Amazonas ao Amapá. Muitas das medidas preconizadas pelo projeto já estão em franca execução.

O projeto atinge sobretudo a população indígena da região — cerca de 50.000 índios. Como já era praxe na Velha República, essa população não foi ouvida, nem suas organizações, nem os parlamentares e as organizações não governamentais que a apoiam, nem os antropólogos. Pior: todas essas instâncias parecem estar sob suspeita de anti-brasileirismo, e em particular os que defendem a criação do Parque Yanomami, que visa dar condições de sobrevivência a 8.000 índios — alguns com pouquíssimo contato com a sociedade neo-brasileira — e que, para sua infelicidade, vivem sobre um rico subsolo.

No projeto Calha Norte emite-se a suspeita de que se estaria querendo criar na região, e às custas do território brasileiro, um "Estado Yanomami" (sic). Afirmção absurda que só pode ser atribuída a pessoas mal intencionadas ou a inocentes úteis. Quando se sabe que patriotas como Severo Gomes e Carlos Drummond de Andrade são ardorosos defensores do Parque e que a carta que pedia a criação

do Parque em 1979 foi assinada por pessoas como Afonso Arinos de Mello Franco, Raymundo Fares, Alceu de Amoroso Lima, José Mindlin, Dalmo Dallari, Gilberto Freyre, Seabra Fagundes, soa estranha a acusação.

Na verdade, cabe perguntar onde estão os patriotas, os que defendem as riquezas brasileiras. Em levantamento entregue aos ministros do Interior e de Minas e Energia a 15 de abril deste ano verificou-se o seguinte: embora o controvertido decreto do final do período Figueiredo estipulasse que a autorização de pesquisa mineral em áreas indígenas só poderia ser dada a empresas estatais brasileiras, na realidade apenas 109 dos 537 alvarás de pesquisa em áreas indígenas foram concedidos a grupos estatais; 50% beneficiaram grupos privados nacionais e 40% grupos multinacionais. Onde estão os patriotas?

Com a suspeita que paira sobre os grupos indígenas da região, encontram-se na verdade paralisados desde maio de 1985 os processos de delimitação e demarcação de suas áreas; e isto numa faixa que vai até uns 160 Km da fronteira. Muitas destas áreas são palco de conflitos. Se o projeto visa precisamente a ocupação da Amazônia, isto significa o aumento de pressão sobre elas. Por isso mesmo a demarcação adequada associada a medidas de garantia das áreas devem ser a primeira prioridade de uma política indigenista para a região.

Lembremos que o direito dos índios às suas terras está expresso em todas as constituições do Brasil desde a de 1934, e que pela lei 6.001/73 as demarcações das terras indígenas deveriam estar concluídas e homologadas no SPU até dezembro de 1978.

O projeto Calha Norte dá ênfase à ampliação da ação da Funai

junto às populações indígenas e menciona a necessidade de regularização fundiária. No entanto, dentro do projeto referente à Faixa de Fronteiras, apenas 12% dos recursos totais para a Funai estão sendo previstos para estudos, delimitação e demarcação das áreas indígenas, o que é claramente insuficiente. Cerca de 80% dos recursos (de um total de cerca de 220 milhões de cruzados para o período 1986-1990) destinam-se à ampliação do pessoal da Funai, à construção e manutenção de postos indígenas e à construção, melhoria ou ampliação de 11 campos de pouso, muitos de uso militar. A engorda da Funai e de instalações de utilidade duvidosa para os índios em detrimento do que é essencial, a garantia das terras não é novidade e tem sido um ponto de discórdia em várias outras regiões. Como vão, além disso, as Forças Armadas controlar guarnições estacionadas no coração de áreas indígenas com pouco contato? E o que se fará com os grupos indígenas arredios que sequer são mencionados no projeto?

Se tomarmos um exemplo, o do Amapá e norte do Pará, percebemos que para 1986 não está previsto recurso algum para a regularização fundiária, embora esta seja apresentada como necessária. Ora, nessa região não há nenhuma área demarcada: o Parque Indígena Tumucumaque está invadido por garimpeiros, enquanto a Brascan BP, de capital inglês, conseguiu um alvará de pesquisa mineral. A área dos índios Waiápi, aprovada em janeiro de 1985 pelo grupo de trabalho (Mirad, Minter, Funai), mas cujo decreto, como tantos outros, não saiu do Minter, também está invadida.

O Exército brasileiro goza de um crédito de confiança importante com os índios: não só

devido à figura de Rondon, mas por ter sido, em algumas ocasiões, a única instância capaz de demarcar áreas conflitadas e por ter expulso bandoleiros como os que, em janeiro de 1985, vestidos com fardas militares e sob o comando de José Altino Machado, invadiram Surucucus, em plena área Yanomami. Seria lamentável que a esta confiança, as Forças Armadas respondessem com desconfiança. A suspeita de anti-patriotismo que paira sobre os índios e que faz com que não se queiram reconhecer de fato os direitos que têm sobre terras perto das fronteiras é, além de tudo, uma gritante injustiça histórica: pois essas mesmas fronteiras que os índios supostamente ameaçariam hoje, eles que as conquistaram para o Brasil. Para garantir a Portugal o maior território possível na Amazônia, à época do Tratado de Madrid, o Marquês de Pombal mandava que se promovessem aldeamentos de índios nos limites das capitânicas. Foi um uso dos índios como ponta de lança que os dizimou e que, além de anacrônico, não é certamente recomendável. Mas não é menos verdade que, como afirmaria Joaquim Nabuco, "os gentios foram as muralhas do sertão". Os descendentes dos Macuxi, Wapixana e Taulipang de quem Joaquim Nabuco se valeu para conseguir em 1904 boa parte de um território reivindicado pela Inglaterra estão hoje vendo suas áreas serem retalhadas.

O Exército tem o dever de guardar as fronteiras do país; tem o dever também de honrar suas tradições e de não pagar a confiança dos índios com uma iníqua espoliação dos territórios que lhes restam.